

XI FÓRUM PARLAMENTAR IBERO-AMERICANO

Santo Domingo, 3 e 4 de novembro de 2022

DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO

Os Parlamentares da Comunidade Ibero-Americana, reunidos em Santo Domingo, República Dominicana, no XI Fórum Parlamentar Ibero-Americano, concordam em submeter a presente Declaração à XXVIII Cúpula Ibero-Americana, que terá lugar em Santo Domingo, no mês de março de 2023, para que possa ser considerada pelos Chefes de Estado e de Governo nas suas deliberações.

Considerando

- i. Que os países da Comunidade Ibero-Americana estão conseguindo superar com enorme esforço e sacrifício a crise sanitária e socioeconómica provocada pela pandemia da COVID-19, assumindo que qualquer processo de recuperação deve também ser acompanhado por uma reapreciação não só das fragilidades dos nossos sistemas de saúde, mas também das carências e desigualdades das estruturas socioeconómicas sobre as quais as nossas sociedades estão edificadas.
- ii. Que é imprescindível que qualquer estratégia de recuperação seja marcada por um desejo de reestruturação que permita, por um lado, reforçar as nossas capacidades e potencialidades, e tornar visíveis as causas ambientais e económicas que determinaram a crise, bem como corrigir as distorções que ocorreram durante a pandemia.
- iii. Que apesar dos esforços desenvolvidos para produzir vacinas próprias em alguns dos países ibero-americanos e para implementar de forma efetiva os acordos multilaterais e bilaterais, ainda não se conseguiu que a imunização contra a COVID-19 fosse reconhecida como um bem público universal.

- iv. Que a dificuldade de conseguir uma livre disponibilidade de recursos próprios para solucionar a tão necessária recuperação econômica levou a um maior endividamento, mas também a um maior atrito social com os estratos mais afetados pela crise e pelo colapso dos programas de ajuda graças aos quais milhões de pessoas haviam conseguido escapar da pobreza extrema e de uma situação de lacerante vulnerabilidade.
- v. Que a brusca interrupção das cadeias agroalimentares, tanto nas fases de produção quanto nas de distribuição, agravada pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, tem um impacto sem precedentes nos sistemas agroalimentares, na segurança alimentar, na subnutrição, no comércio e fornecimento de alimentos e nos inputs para a produção, criando uma maior contração econômica nos nossos países.
- vi. Que a aplicação de políticas de medidas econômicas unilaterais e extraterritoriais, contrárias ao direito internacional, minam a capacidade e a segurança alimentar de milhões de pessoas e constituem grandes obstáculos para a implementação de programas de desenvolvimento econômico e social.
- vii. Que a insegurança cidadã tornou-se um dos problemas mais imperativos que os nossos países enfrentam e que houve uma deterioração do papel do Estado como garantidor da convivência pacífica entre os cidadãos.
- viii. Que o crime organizado transnacional, o tráfico de drogas e a delinquência devem ser entendidos como um problema global que afeta a governabilidade e o Estado de Direito em todos os países e que é necessário desenvolver acordos multilaterais mais eficazes e legislação nacional para enfrentar suas atividades.
- ix. Que a transparência institucional não só se tornou um dos principais pilares da democracia moderna, como também obrigou os funcionários eleitos pelo voto popular a render conta, permanentemente, de seu desempenho.
- x. Que o diálogo mantido nos quatro grupos de trabalho deste Fórum, sobre Recuperação com Reestruturação, Soberania Alimentar, Segurança Cidadã e Transparência e Proximidade dos Parlamentos aos cidadãos, nos permitiu identificar as ações que estão sendo desenvolvidas neste contexto nos nossos países. As conclusões são anexadas como parte integrante desta Declaração.

E, neste contexto, acordamos:

1. Agradecer ao Congresso da República Dominicana por nos ter convocado para este Fórum e, desta forma, recuperado, após oito anos, este espaço parlamentar que consideramos de especial importância para a consolidação da Comunidade Ibero-Americana, que deve incluir sempre a voz daqueles que legitima e democraticamente representam o conjunto das nossas sociedades.
2. Solicitar ao Senado espanhol que lidere um grupo de trabalho interparlamentar para avançar nas propostas que permitam o fortalecimento do Fórum Parlamentar Ibero-Americano, com a finalidade de revisar o Estatuto de Montevideu, de 2006. A SEGIB acompanhará o trabalho do grupo acima mencionado.
3. Instar à comunidade internacional a que os esforços económicos e financeiros para suavizar a atual crise sejam dirigidos a enfrentar desafios globais, tais como a fome, a pobreza, a desigualdade social e económica, o acesso equitativo à saúde, a mudança do clima, a perda de biodiversidade, a degradação ambiental e a lacuna tecnológica.
4. Determinar que a comunidade internacional promova ações que garantam o acesso universal a vacinas eficazes, suprimentos médicos, diagnósticos e medicamentos, assegurando que a imunização contra a COVID-19 seja reconhecida como um bem público universal, para que não prevaleçam as lacunas e as desigualdades entre e dentro dos países.
5. Apoiar as iniciativas governamentais destinadas a gerar ações e investimentos públicos e privados destinados a aumentar a capacidade e a diversidade produtiva, o acesso a bens produtivos e os desenvolvimentos tecnológicos, incluindo a digitalização e a educação como base para superar os desafios da segurança e soberania alimentar, da pobreza e da exclusão nos países da Ibero-América.
6. Apoiar as políticas de consolidação dos mercados de produtores locais de forma a fortalecer as vendas diretas dos produtores aos consumidores, os circuitos curtos de comercialização e promover os vínculos rural-urbano e periurbanos, a fim de aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, especialmente das mulheres.
7. Dar continuidade ao trabalho que os Congressos Nacionais estão realizando com vista a fóruns multilaterais, tais como a Frente Parlamentar contra a Fome, que congrega a legisladores de 21 países e os parlamentos regionais de integração: PARLATINO, PARLASUL, PARLANDINO, PARLACEN e outros, que se uniram à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025. Na mesma direção, destaca-se o trabalho da FAO e do PARLATINO, entidades

que acordaram em implementar ações conjuntas para promover a segurança alimentar e nutricional na região.

8. Apoiar a realização da II Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Subnutrição, que terá lugar no Chile, no início de 2023, com o apoio da FAO e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).
9. Apoiar a iniciativa da Reunião de Ministros da Agricultura de estabelecer um grupo de trabalho de países, que, com o apoio do IICA, FAO e SEGIB, defina mecanismos e promova ações concretas para defender, junto dos organismos financeiros internacionais, a canalização de recursos para o setor em condições mais favoráveis e através de mecanismos de acesso e canalização de recursos financeiros e de investimento.
10. Apoiar, a partir da ação parlamentar, a redefinição de acordos multilaterais para o desenvolvimento de políticas estatais destinadas a neutralizar as atividades cada vez mais violentas da criminalidade organizada e do tráfico de drogas nas nossas sociedades, num quadro de segurança dos cidadãos baseado na proteção e nos direitos humanos da cidadania, especialmente dos grupos em situação de maior vulnerabilidade.
11. Assumir novas formas de interação entre os legisladores, governos locais e cidadania para garantir a transparência e a prestação de contas, o acesso à informação pública e a inclusão de diversas organizações sociais na tomada de decisões que afetam a comunidade. A democracia não se define apenas por eleições livres e competitivas, mas também pela relação quotidiana entre o poder público e a sociedade que, além de eleger, julga e fiscaliza o trabalho diário dos funcionários eleitos, dando à democracia o seu verdadeiro significado.

Finalmente, **os parlamentares ibero-americanos reunidos em Santo Domingo** expressam o seu agradecimento ao Congresso da República Dominicana pela hospitalidade com que foram recebidos.

Anexo à Declaração

Conclusões das mesas de trabalho

No. 1.- Segurança alimentar

As intervenções dos legisladores participantes coincidiram em reconhecer o extraordinário desafio, para a Ibero-América e para o mundo inteiro, associado à insegurança alimentar, agravada pela pandemia da Covid-19 e pela guerra, porém desenvolvida, desde antes, em um contexto marcado pela injusta ordem econômica internacional, a distribuição desigual da riqueza e um padrão insustentável de produção e consumo. De acordo com a FAO, antes de 2019, cerca de dois bilhões de pessoas estavam afetadas em sua segurança alimentar de forma moderada ou severa.

A Primeira Cúpula Parlamentar contra a Fome e a Desnutrição, realizada em Madrid, em 2018, abriu o caminho para alcançar a Fome Zero e fazer realidade o direito à alimentação adequada para todas e todos através do desenvolvimento de políticas públicas inovadoras e inclusivas e da contribuição parlamentar através da legislação, orçamentos e supervisão política oportunas.

Para reverter o aumento da fome e da desnutrição, é urgente implementar políticas públicas destinadas a transformar os sistemas agroalimentares a fim de torná-los mais eficientes, inclusivos, resistentes e sustentáveis, e para alcançar a capacidade de fornecer dietas saudáveis para nossos representados.

É igualmente importante reduzir a desigualdade no acesso aos alimentos. Entre essas desigualdades, devemos abordar as disparidades de gênero. Se as mulheres rurais constituem um quarto da população mundial e são as garantes da sobrevivência rural, não será possível construir um mundo sustentável e justo sem promover verdadeiramente a igualdade de gênero.

Na busca pela segurança alimentar, é imperativo que os parlamentos exijam e aprovem orçamentos que garantam a redução da fome entre os mais necessitados.

Foi destacada a importância de combater a desigualdade estrutural, tanto mediante a revisão das políticas de despesas e receitas existentes. A materialização da solidariedade tão frequentemente mencionada exige políticas e regulamentos capazes de implementar a solidariedade fiscal visando melhorar a segurança alimentar com base no compromisso, participação e corresponsabilidade.

Os parlamentares também destacaram a relevância da implementação de programas nacionais de educação nutricional, destinados aos sistemas escolares, famílias e produtores. Neste contexto, se sublinhou a importância de programas de apoio e promoção da amamentação como garantia de uma nutrição adequada na primeira infância.

Os participantes da mesa redonda sublinharam a relação transversal entre segurança alimentar e equilíbrio ambiental, como condição indispensável para o desfrute de uma vida melhor para as gerações atuais e futuras.

Reconheceram a viabilidade de várias iniciativas promovidas por organizações internacionais. Neste sentido, destacaram a proposta feita pela CEPAL e pela FAO em relação ao Bono contra a Fome, como um complemento à renda básica de emergência para as famílias. Foi feita menção especial às leis modelo adotadas pelo PARLATINO e ao trabalho da Frente Parlamentar contra a Fome. Estas experiências positivas no campo da cooperação interparlamentar mostram o potencial de ação conjunta no contexto de interdependência na qual nos desenvolvemos.

Em suas intervenções, vários parlamentares se referiram ao efeito prejudicial da aplicação de políticas de sanções econômicas unilaterais e extraterritoriais, contrárias ao direito internacional, que prejudicam a segurança alimentar de milhões de pessoas e violam seus direitos humanos.

No.2.- Segurança Cidadã

Os deputados e senadores que compuseram a Mesa de Trabalho sobre Segurança Cidadã destacaram o compromisso e a responsabilidade de cada região, no âmbito da consolidação dos deveres e direitos dos cidadãos, na qual apresentamos diretamente as experiências desenvolvidas pelas diferentes cidades em sua área, ao enfrentar a complexa questão da segurança cidadã e da violência; e desenhamos políticas que permitem encontrar soluções adequadas e sustentáveis para um problema cada vez mais crescente. Portanto, reafirmamos nosso apoio ao XI Fórum Ibero-Americano, como um espaço fundamental para promover a cooperação e contribuir para um maior e mais eficiente vínculo entre suas sociedades.

O ilustre deputado da República Dominicana, Amado Antonio Díaz Jiménez, abriu os trabalhos da Mesa Redonda No.2, sobre o tema: Segurança Cidadã, como moderador para iniciar os trabalhos da mesma.

O Deputado de Portugal, Andrés Pinotes Batista, disse que Portugal é o terceiro país mais seguro do mundo, por isso as forças policiais portuguesas podem cooperar internacionalmente com ideias que possam fortalecer as políticas públicas de segurança cidadã. Também indicou a importância de criar entidades

de cooperação internacional, a fim de combater o flagelo do crime e da delinquência.

Enfatizou, também, que os crimes com maior incidência em cada país estão ligados à violência doméstica contra as mulheres. No caso especial de Portugal, como resultado da pandemia, houve um aumento da violência doméstica e dos crimes públicos, que, na atualidade, diminuíram, porque existem estruturas legais para combater estes tipos de crime.

O deputado hondurenho Luis Rolando Redondo indicou que as políticas públicas de Segurança Cidadã deveriam ser claramente definidas, buscando a ajuda de técnicos especializados na área, delimitando as questões demográficas e sociais de cada nação. Além disso, devem ser estabelecidos métodos e calendários para a implementação dessas políticas.

Sugeriu que se elabore um documento que compreenda as questões que poderiam fornecer soluções aos problemas que enfrentam os países que compõem a Ibero-América, sobre a questão específica da Segurança Cidadã, a ser apresentado à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, em março de 2023, incluindo a Segurança Cidadã dos migrantes em sua viagem e país de destino, estabelecendo regulamentações a esse respeito.

Além disso, expressou a importância da criação de um sistema de segurança opcional e de um reforço da Segurança Jurídica, a fim de cobrir qualquer eventualidade devido a força maior.

Finalmente, expressou que entre os principais problemas que afligem a Honduras estão: migração interna e externa, tráfico humano, sequestro de jovens, tráfico de drogas, falta de segurança jurídica e o banda Mara.

A senadora espanhola, Cristina Ayala Santamaría, afirmou que uma das maiores exigências feitas ao Estado pelos cidadãos são as questões de segurança pública e justiça, razão pela qual é necessário criar um sistema de apoio para conter o crime e proporcionar maior segurança aos cidadãos.

Indicou que, após a pandemia, a guerra na República da Ucrânia e a segurança energética, os países estão alcançando um nível incerto de segurança cidadã, como resultado do impacto social que exige segurança e justiça dos que estão no poder.

Também enfatizou que deve ser dada uma atenção especial à questão da segurança nas redes sociais, pois trata-se de um problema que não existia há algum tempo. O Fórum Econômico Mundial coloca-o no top 10 dos problemas globais, como as fibras de ataques ao sistema de emprego.

Em relação à globalização, somos confrontados com a sensibilidade da segurança democrática e a irregularidade dos sistemas de emprego, que trouxe consigo coisas boas e ruins.

O Deputado da República Dominicana, Agustín Burgos, destacou os problemas enfrentados pela República Dominicana em termos de Segurança Cidadã, o que leva à exclusão social, causada pela deficiência na educação e abandono no nível universitário.

Por sua vez, sugeriu a criação de políticas públicas focadas em acabar com o micro tráfico nas áreas rurais e urbanas, através do acesso a maiores oportunidades de emprego e educação, tanto no nível técnico quanto profissional.

Enfatizou que a realidade da migração na República Dominicana é compartilhada com uma fronteira invisível, que no caso de qualquer crise poderia afetar a segurança do cidadão em ambos os Estados.

O Senador da República Dominicana, Ricardo de los Santos, declarou que a República Dominicana tem uma debilidade em relação à situação da República do Haiti, o que representa a insegurança do Estado dominicano, razão pela qual é solicitada uma maior conscientização de ambos os Estados sobre o que está acontecendo na República Dominicana.

Propostas:

- Incluir na Cúpula de 2023 o tratamento adequado dos migrantes, em relação ao caminho das migrações em cada país e daqueles que estão estacionados nos Estados receptores, exigindo assim que tanto os Estados de envio quanto os de recebimento cumpram com os Direitos Humanos dos migrantes.
- Projetar métodos tecnológicos para a agricultura a fim de melhorar a qualidade de vida, o que ajudará a prevenir a criminalidade.
- Promover a entrega de vales tecnológicos para sementes e fertilizantes.
- Construir políticas públicas voltadas para a recuperação dos jovens, dada a falta de segurança com a questão do micro tráfico.
- Criar uma logística estratégica intergovernamental, focada na prevenção do crime e da delinquência, a fim de melhorar a segurança cidadã.
- Fortalecer a educação cruzada através da interação entre a polícia e os cidadãos.
- Assegurar, aos cidadãos, o fortalecimento dos protocolos de atuação operacional e processual.
- Implementar a inclusão de protocolos operacionais e processuais nos programas de educação, tanto no ensino médio como no superior.
- Trabalhar para a descentralização dos territórios sob a supervisão dos órgãos de fiscalização de cada território.

- Agir a favor do fortalecimento da educação, com o objetivo de atingir a todos os níveis da sociedade, minorando, assim, as taxas de evasão escolar em todos os níveis de ensino.

Após as apresentações e debates realizados nas sessões de trabalho paralelas descritas acima, os participantes ao XI Fórum Parlamentar Ibero-Americano culminaram indicando que os países devem levar em conta o processo de transição em que cada um se encontra ao enfrentar o problema generalizado da Segurança Cidadã, no âmbito das ferramentas e instrumentos internacionais de direitos humanos.

A este respeito, vale ressaltar que apesar das transições políticas e das reformas constitucionais e legais, as forças policiais preservam características autoritárias e os mecanismos judiciais ainda apresentam importantes lacunas e fraquezas.

Neste sentido, é essencial legislar para reduzir a taxa de evasão escolar, assim como para combater a insegurança, particularmente a que afeta os habitantes de todas as nações.

Para isso, cada Estado deve fornecer recursos suficientes para a educação, assim como promover investimentos em infraestrutura, melhorar o treinamento de professores e combater o abandono escolar.

Portanto, entendemos que é necessário implementar uma legislação melhor e mais eficaz para o reforço e continuidade das políticas públicas com a realidade de cada nação, para que possam ser garantidas a convivência, o desenvolvimento pacífico e a erradicação da violência.

Demanda-se que as nações estabeleçam acordos de Segurança Cidadã para nossos migrantes, tanto em trânsito quanto no país receptor. Com responsabilidades compartilhadas.

No.3. Recuperação com Reestruturação

Neste relatório, os deputados e senadores que compõem a Mesa de Trabalho sobre Recuperação com Reestruturação destacaram as políticas públicas que devem ser estabelecidas e implementadas para apoiar programas sociais para famílias e trabalhadores em situações vulneráveis, assim como para ampliar e melhorar programas ligados à educação, saúde e acesso à moradia, com o objetivo de estabelecer projetos de apoio às empresas mais afetadas para manter sua renda e acesso ao mercado, devido ao impacto da crise econômica causada pela COVID-19 e pelo conflito bélico entre Rússia e Ucrânia.

A deputada Helga Correia, da Assembleia Portuguesa, abriu os trabalhos da Mesa No.3, sobre o Tema: Recuperação com Reestruturação.

A senadora Sara Bailac Ardanuy, da Espanha, falou sobre as fraquezas do sistema e a resposta à crise pós-COVID-19, e enfatizou que a capacidade de responder a novas crises se percebe como amplamente enfraquecida.

Entre as recomendações da legisladora, estão:

- Responder com maior proteção social para o fortalecimento dos serviços públicos, para a capacitação de cidadãos ativos, críticos e defensores de direitos.
- Reforçar o papel dos governos locais, para que a população tenha acesso a moradia digna, oportunidades para os jovens e direitos das mulheres, que são fatores que influenciam a criação de uma base para a recuperação e o fortalecimento da cidadania.

O deputado da Assembleia Portuguesa, Afonso Oliveira, disse que, após a pandemia, os países estão enfrentando o empobrecimento, a guerra, problemas de eletricidade, alto nível de inflação e desigualdade social.

Além disso, recomendou que uma das maneiras de melhorar as políticas públicas em diferentes países é agir simultaneamente; e a questão central é cuidar de nossos cidadãos. Na Europa e em Portugal houve uma ação que funcionou em unidade com a solidariedade, apoiando a economia em países com dificuldades para melhorar a qualidade de vida.

A senadora, Maria Ascensão, da Espanha, argumentou com base na crise da COVID-19. Disse que nem todos os países têm o mesmo nível de desenvolvimento e que este Fórum deve buscar soluções para esta problemática. A este respeito, afirma que sem segurança alimentar e segurança cidadã, não há recuperação ou reestruturação, pois os resultados obtidos na Europa resolveram a maioria dos problemas de saúde e proteção social, tanto para as empresas como para os trabalhadores.

Temos padrões daquilo que a cidadania precisa, já que a dependência fora da fronteira econômica não responde como deveria à crise econômica e de saúde, porém a crise dificultou o fornecimento de soluções aos cidadãos, embora nem todos os países estivessem nas mesmas condições, portanto as respostas não foram iguais.

O deputado da delegação dominicana, José Horacio Rodríguez Grullón, declarou que a crise representada pela pandemia expôs nossas fraquezas como sociedade; no caso da República Dominicana, a primeira coisa foi a precariedade e vulnerabilidade mais recorrente do sistema, porque as classes sociais eram igualmente vulneráveis com a COVID-19, porém a classe alta tem um sistema de saúde muito privilegiado, portanto o Estado deve tratar a todos da mesma forma.

A senadora Silvia Giacoppo, da Argentina e presidente do Parlatino, expressou que na República Argentina houve precariedades no sistema de políticas públicas e que deve haver solidariedade entre os continentes para enfrentar o desafio.

A crise nos deu a oportunidade de recomeçar e iniciar uma maneira de administrá-la, e surgiu uma guerra, então vocês, os europeus, estão à porta da crise. A pandemia nos atingiu assim como atingiu igual a todos, no sistema de saúde e habitação. Outro problema é a migração, como a temos em toda a nossa região, porque os migrantes vão em busca de oportunidades porque em seus países os governos não atendem as suas necessidades básicas.

A deputada Helga Correa, membro da Assembleia Portuguesa e presidente da Mesa de Trabalho, destacou que a crise causada pela guerra surpreendeu a todos nós; afetou a economia e enfraqueceu as empresas. Há pobreza em nosso país por causa da guerra e da pandemia, mas é um país que está trabalhando e construindo para combatê-la.

Após a análise do Tema sobre Recuperação com Reestruturação, os legisladores concluíram com sucesso a agenda de trabalho no XI Fórum Parlamentar Ibero-Americano e concluíram emitindo as seguintes considerações:

- Produziu-se um processo de empobrecimento geral da população, como consequência da pandemia e do conflito entre a Ucrânia e a Rússia.
- Nem todos os países enfrentam crises sob as mesmas condições.
- Sem segurança alimentar e segurança cidadã não há recuperação nem reestruturação.
- As políticas públicas devem responder às necessidades imediatas da cidadania.
- A solidariedade entre os países deve prevalecer para enfrentar a crise.
- É necessário mais financiamento para impulsionar a recuperação.
- Diante da crise, os Estados devem proporcionar aos cidadãos maior proteção social e promover uma melhor distribuição da riqueza.
- Portanto, os serviços públicos devem ser fortalecidos e se deve promover o empoderamento de uma cidadania ativa e exigente na tomada de decisões.
- Deve-se garantir o direito a uma moradia digna.
- Deve-se enfrentar adequadamente a ameaça contra os direitos da mulher.
- Os Estados devem aplicar o princípio de subsidiariedade, aproximando a tomada de decisões à cidadania.

No. 4.- Transparência institucional e proximidade dos parlamentos à cidadania

Em primeiro lugar, é necessário destacar a crise que a democracia representativa enfrenta como resultado da falta de proximidade entre os representantes e os representados. Esta situação ocorreu como resultado do esgotamento dos mecanismos de representação e das fórmulas democráticas atuais, na medida em que, devido a seus diversos erros, não foram capazes de dar uma resposta efetiva às necessidades das pessoas. Tal desafeição com os organismos que instituem a democracia em nossos povos trouxe consigo a emergência e o contínuo aumento de popularidade de movimentos populistas ou radicais que fragmentam a ordem constitucional, bem como o declínio da legitimação democrática.

Perante esta situação, resulta imperativo a objetividade de uma democracia prática e funcional, capaz de responder às necessidades dos cidadãos e capaz de superar as ameaças que enfrentamos hoje, tais como polarização ou notícias falsas. Ao mesmo tempo, as nossas democracias devem dar às pessoas as ferramentas para assegurar o contato direto com seus representantes e que estes envolvam a cidadania nos processos legislativos. Portanto, já não é possível, continuar negligenciando as tecnologias digitais.

Neste sentido, os membros da mesa sobre transparência institucional e a proximidade dos parlamentos à cidadania, após a apresentação das experiências e boas práticas realizadas por seus parlamentos, puderam concluir o seguinte:

- Reconhecer as diferentes realidades históricas, sociais e econômicas, e desenvolver políticas orientadas à transparência que se diferenciem de acordo com esta situação.
- Permitir a participação da cidadania no processo legislativo através de tecnologias digitais, tais como a transmissão ao vivo das sessões plenárias, comitês de trabalho, entre outras.
- Garantir a participação direta nos projetos de lei, onde os cidadãos possam, através de mecanismos inovadores, expressar suas opiniões sobre projetos.
- Enfrentar o descontentamento da cidadania com a política.
- Redesenhar mecanismos de rendição de contas, que não seja apenas para a liderança dos partidos políticos, mas também para os cidadãos.
- Reformar as regulamentações para atualizá-las com as realidades sociais de nossos países.
- Expandir a supervisão das ações do poder executivo para que renda contas ao poder legislativo.
- Realizar aproximação direta à cidadania em suas localidades para que eles possam expressar suas preocupações.
- Proteger o direito dos cidadãos à informação pública através de uma efetiva rendição de contas.

XI FÓRUM PARLAMENTAR IBERO-AMERICANO

Santo Domingo, 4 de novembro de 2022

DECLARAÇÃO ESPECIAL SOBRE O HAITI

Os Parlamentares da Comunidade Ibero-Americana, reunidos no XI Fórum Parlamentar Ibero-Americano, na cidade de Santo Domingo de Guzmán,

Convencidos da importância de redobrar esforços para consolidar a integração dos poderes legislativos da Ibero-América, a fim de fortalecer a governança democrática e a legislação para proteger os direitos e melhorar o bem-estar dos cidadãos, expressamos nossa mais profunda preocupação com a situação na República do Haiti.

Resulta alarmante a deterioração progressiva da segurança pública e humanitária no contexto de uma profunda crise multidimensional que está flagelando o povo haitiano. Portanto, pedimos solidariedade e ação regional imediata para acompanhar o povo haitiano na luta contra o crime organizado.

Como defensores da governança democrática, reconhecemos que todos os esforços de apoio multilateral só serão eficazes na medida em que tenham o apoio de todos os setores da sociedade haitiana e que respondam às necessidades e prioridades nacionais estabelecidas pelo Haiti. Em virtude do acima exposto, convidamos os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas a alcançar o consenso necessário para tomar ações diretas e indiretas de apoio aos esforços do Estado haitiano para combater o crime organizado e garantir a segurança pública.